



TRF2

MINI SIMULADO - BLOCO 1



 (31) 98021-5992

 @juridico.dc

 dcpreparatorio@gmail.com


Jurídico DC

Bloco I: Direito Constitucional, Direito Previdenciário, Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Econômico e de Proteção ao Consumidor

1

Com base na doutrina assinale a alternativa correta:

(I) Eficácia horizontal: consiste na aplicação dos direitos fundamentais às relações entre Estado e particulares. Relação de subordinação que o particular tem com o Estado. Quando os direitos fundamentais foram criados, eles eram aplicados somente a essa relação, para proteger os particulares do arbítrio do Estado.

(II) Eficácia vertical: também denominada de “Eficácia Externa” ou “Eficácia em Relação a Terceiros” ou “Eficácia Privada”. Consiste na aplicação dos direitos fundamentais às relações entre os próprios particulares.

(III) Eficácia diagonal: uma eficácia que é um meio termo. É uma relação entre particulares, mas onde não há uma igualdade fática. Consiste na aplicação dos direitos fundamentais às relações entre particulares, nas quais há uma situação de flagrante desigualdade fática. Ex.: relações trabalhistas e consumerista.

(IV) Eficácia horizontal com repercussão lateral: refere-se à eficácia em relação aos particulares decorrente da incidência do direito fundamental à tutela jurisdicional (juiz tutela um direito não previsto pelo legislador).

(V) os direitos fundamentais possuem eficácia objetiva, uma vez que além do Estado proteger e resguardá-los, deve atuar coercitivamente no sentido de fazer valê-los, até mesmo entre particulares.

À luz da sistemática vigente, a(s) medida(s) descrita(s) em:

(A) 1 e 3 estão incorretas;

(B) 1,3 e 4 estão incorretas;

(C) 2,3 e 4 estão incorretas,

(D) 3 e 5 estão corretas

(E) apenas uma alternativa esta correta.

2

A Constituição do Estado Y prevê que a construção de centrais termoeletricas e hidrelétricas no território daquela unidade federativa brasileira dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembleia Legislativa.

À luz da jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal, essa norma é:

Alternativas

(A) constitucional, pois compete privativamente aos Estados legislar sobre meio ambiente;

(B) inconstitucional, pois compete privativamente à União Federal legislar sobre os serviços de energia;

(C) constitucional, pois compete privativamente aos Estados legislar sobre contratos de concessão;

(D) inconstitucional, pois compete privativamente aos Municípios legislar sobre restrições ao direito de construir;

(E) constitucional, pois compete privativamente aos Estados legislar sobre energia elétrica e recursos hidrelétricos.

3

Ação civil pública foi ajuizada com pedido de ressarcimento ao erário em razão de dano ambiental por exploração irregular de minério ocorrida cerca de uma década antes.

Diante do exposto e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o dano:

Alternativas

(A) poderá ser ressarcido, pois a prescrição da pretensão de ressarcimento ao erário decorrente da exploração irregular do patrimônio mineral da União é de vinte anos;

(B) não poderá ser ressarcido, pois a pretensão de ressarcimento ao erário decorrente da exploração irregular do patrimônio mineral da União já está prescrita;

(C) não poderá ser ressarcido, pois, em interpretação constitucional, hipótese de imprescritibilidade, geraria poderes ilimitados ao Estado, passíveis de serem exercidos a qualquer tempo;

(D) não poderá ser ressarcido, pois a garantia da segurança jurídica e da previsibilidade no ordenamento jurídico, nesse caso, se sobrepõe em relação ao direito fundamental de toda a coletividade ao meio ambiente ecologicamente equilibrado;

(E) poderá ser ressarcido, pois é imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário decorrente da exploração irregular do patrimônio mineral da União, porquanto indissociável do dano ambiental causado.

4

Considere uma ação em que comunidades indígenas reivindicam o acesso ao ensino fundamental como direito básico.

Tendo em vista o que determina a Constituição da República de 1988, é correto afirmar que:

Alternativas

(A) aos juízes federais não compete processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas;

(B) os indígenas formam povos autóctones, não sendo dever de o Estado assegurar a eles o ensino fundamental;

(C) as comunidades indígenas têm direito ao ensino fundamental, seja em português, seja em suas línguas maternas;

(D) as comunidades indígenas têm direito ao ensino fundamental, porém, no idioma pátrio, que é a língua portuguesa;

(E) o ensino fundamental de indígenas é um direito restrito à disponibilidade de vagas em escolas especializadas na cultura indígena. As concepções descritas em (1), (2) e (3) são:

5

Um servidor público municipal foi exonerado em 2021, e, no mesmo ano, ingressou com ação de cobrança, em face da Fazenda Municipal, objetivando a percepção de gratificação durante o período de 10 (dez) anos em que trabalhou para a municipalidade. A gratificação foi criada e aprovada pela Câmara Municipal e entrou em vigor em 2015.

Com base nestes dados hipotéticos, analise as afirmativas a seguir.

(A) I, II, III e IV.

(B) II, III e IV, apenas.

(C) I apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) Apenas II e III

6

Com o objetivo de incentivar o desenvolvimento econômico estadual, o governador do Estado X propõe projeto de lei de regulamentação de atividade garimpeira e de exploração mineral, simplificando o licenciamento ambiental, tornando-o de fase única.

Sobre o caso, é correto afirmar que a lei é inconstitucional:

Alternativas

(A) por vício de iniciativa, tendo em vista que a iniciativa de lei de licenciamento ambiental é de competência exclusiva da Câmara dos Deputados;

(B) por vício de competência, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;

(C) tendo em vista que atividade garimpeira e de exploração mineral exige licença prévia, licença de fixação, licença de instalação, licença de operação e licença de controle ambiental;

(D) tendo em vista que novas atividades garimpeiras e de exploração mineral são vedadas no Brasil, sendo permitidas apenas as já existentes;

(E) tendo em vista que apenas são permitidas atividades garimpeiras e de exploração mineral em território indígena, com prévia aprovação da FUNAI.

7

Carla, aposentada pelo regime geral de previdência social em razão de incapacidade permanente por acidente de trabalho, ajuizou ação em face do INSS, requerendo a condenação da autarquia a promover a revisão da renda mensal inicial (RMI) de seu benefício previdenciário e o pagamento das diferenças devidas.

Para tanto, a autora arguiu que o INSS promoveu a averbação a menor de diversos salários de contribuição, impactando no montante percebido a título de aposentadoria. Aduziu, ainda, que formulou requerimento administrativo prévio, que foi indeferido liminarmente.

O juízo julgou procedente o pedido, condenando a autarquia a ajustar os salários de contribuição de Carla, bem como a lhe pagar os valores em atraso devidos desde a data de sua aposentadoria, ocorrida três anos antes da propositura da ação, até a data da efetivação do benefício na quantia correta.

Os honorários advocatícios foram fixados em 10% do total devido em favor de Carla.

Sobre o caso acima, é correto afirmar que:

Alternativas

(A) o requerimento administrativo prévio é dispensável para fins de configuração do interesse de agir de Carla, sendo lícito ao segurado, em todo e qualquer caso, ajuizar a ação independentemente de prévio pedido junto ao INSS;

(B) o advogado de Carla poderá interpor recurso tão somente para obter a majoração dos honorários advocatícios, hipótese em que a ele será extensível a isenção legal de preparo prevista em favor do segurado na Lei nº 8.213/1991;

(C) os honorários advocatícios devidos em favor do advogado de Carla incidirão tão somente sobre as prestações devidas até a sentença, não incidindo sobre as prestações vencidas após a sentença;

(D) o processo tramita perante a Justiça Federal, pois a ação movida em face do INSS que tenha por objeto a revisão da aposentadoria por incapacidade permanente é de competência de tal justiça especializada;

(E) o percentual dos honorários advocatícios nas ações acidentárias é fixo, não devendo obedecer às faixas previstas no Código de Processo Civil para as causas em que a Fazenda Pública for parte.

8

Tendo o trabalhador empregado sido afastado por doença ou acidente e recebido o auxílio por incapacidade temporária ao trabalho (auxílio-doença) de natureza acidentária, ele fará jus a:

Alternativas

(A) estabilidade no emprego por um ano, assim como recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) pelo empregador durante o tempo de afastamento;

(B) estabilidade no emprego por um ano, recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) pelo empregador durante o tempo de afastamento e dispensa do período de carência;

(C) estabilidade no emprego por um ano, dispensa do período de carência e direito ao benefício de seguro acidente, independentemente de sequelas para as atividades laborais exercidas à ocasião do infortúnio;

(D) estabilidade no emprego por um ano, reabilitação profissional e direito ao benefício de seguro acidente, independentemente de sequela permanente incapacitante para as atividades laborais exercidas à ocasião do infortúnio;

(E) estabilidade no emprego por um ano, reabilitação profissional, direito ao benefício de seguro acidente, independentemente de sequela, e auxílio por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez), no caso de incapacidade total permanente para o trabalho.

9

Assinale a alternativa correta:

Alternativas

(A) Na hipótese de perda da qualidade de segurado, para fins da concessão dos benefícios de auxílio-doença, de aposentadoria por invalidez, de salário-maternidade e de auxílio-reclusão, o segurado deverá contar, a partir da data da nova filiação à Previdência Social, com um terço dos períodos previstos nos incisos I, III e IV do caput do art. 25 da Lei nº 8.213/1991.

(B) A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social nunca lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez.

(C) Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências.

(D) A aposentadoria por tempo de serviço será devida, cumprida a carência exigida pela Lei nº 8.213/1991, ao segurado que completar 30 (trinta) anos de serviço, se do sexo feminino, ou 35 (trinta e cinco) anos, se do sexo masculino.

(E) A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida pela Lei nº 8.213/1991, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 20 (vinte), 25 (vinte e cinco) ou 30 (trinta) anos, conforme dispuser a lei.

10

A Polícia Civil de determinado estado abriu investigação acerca do tráfico de drogas em uma comunidade, inclusive com a utilização de fuzis e outras armas de grande potencial lesivo. Diante da dificuldade em obter a individualização dos supostos traficantes, bem como o local da guarda dos entorpecentes e armas, haja vista a utilização da residência de diversos moradores para tal função, a

autoridade policial requereu ao juiz a expedição de um mandado de busca e apreensão coletivo, a permitir o ingresso em qualquer residência da comunidade, bem como a apreensão de objetos ligados ao tráfico de drogas, tais como celulares e planilhas. A essa modalidade ilícita e ilegal de obtenção de provas, dá-se o nome de:

(A) Serendipidade de segundo grau.

(B) *Fishing expedition*.

(C) Serendipidade de segundo grau.

(D) Serendipidade de primeiro grau.

(E) Vigilância policial motivada

11

Acerca dos princípios e garantias aplicáveis ao processo penal, consoante à interpretação consentânea com o espírito democrático da Constituição de 1988, assinale a alternativa correta.

(A) O direito ao silêncio aplica-se ao preso, ao indiciado e ao acusado, em geral, e estende-se às informações relacionadas à qualificação.

(B) A presunção de inocência, com todas as suas implicações em prol do imputado (ônus da prova, regra de julgamento/decisão e de tratamento), aplica-se à fase judicial, mas não à investigatória.

(C) O princípio do contraditório e da ampla defesa não se aplicam à fase de investigação preliminar, na qual vigora a inquisitividade e o sigilo absoluto, imposto, inclusive, ao advogado do indiciado.

(D) O princípio da motivação das decisões penais é uma garantia fundamental absoluta, por meio do livre convencimento motivado, que não encontra exceção em nosso sistema jurídico.

(E) O princípio do bis in idem impede nova persecução penal pelos mesmos fatos, independentemente de a decisão favorável ao imputado transitada em julgado ter sido proferida por juízo incompetente.

12

Sobre o direito das vítimas assinale a alternativa correta:

(A) O Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita), previsto na Lei nº 9.807/1999, é uma Política de Segurança Pública e Direitos Humanos que pretende contribuir com a segurança, a justiça e assegurar direitos fundamentais para testemunhas e vítimas ameaçadas. Além da proteção, o Provita busca a reinserção social de pessoas em situação de risco, em novos espaços comunitários, de forma sigilosa, portanto, sem a participação da sociedade civil devido aos riscos dessa revelação.

(B) A inclusão, permanência e exclusão no programa de proteção dependem de decisão judicial, com oitiva anterior do membro do Ministério Público.

(C) Ao ingressar no Programa, a vítima ou testemunha deverá ser alertada sobre a restrição de sua liberdade.

(D) A sociedade civil não participará das decisões para inclusão, permanência e exclusão no programa de proteção.

(E) A análise para inclusão de pessoas no programa é feita por uma equipe interdisciplinar composta pelo juiz das garantias, advogado, assistente social e psicólogo.

13

Quanto à atividade propulsora do juiz no processo penal, segundo a doutrina e a jurisprudência dominantes, poderá o juiz:

- (A) Decretar a prisão temporária de ofício, sem requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial.
- (B) Decretar a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, mediante

- representação da autoridade policial, sem a oitiva prévia do Ministério Público;
- (C) De ofício voltar a decretar medida cautelar revogada, a qual contou com anterior requerimento do Ministério Público, se sobrevierem razões que a justifiquem;
- (D) Decidir acerca do requerimento de restituição de coisas apreendidas sem a oitiva prévia do Ministério Público;
- (E) De ofício determinar o desarquivamento de peças de informação arquivadas e requisitar a instauração de inquérito policial.

14

Considerando os princípios de Direito Processual Penal, com base na Constituição da República de 1988, no Código de Processo Penal e na jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

(I) O princípio do duplo grau de jurisdição tem previsão expressa na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, promulgada pelo Decreto nº 678, de 06/11/1992, contudo não possui previsão expressa na Constituição da República de 1988.

(J) O indivíduo, que possui contra si mandado de prisão em aberto e que apresenta documento de identidade falso no momento da abordagem policial, não comete o crime disposto no Art. 304 do Código Penal (uso de documento falso), posto que está exercendo o seu direito de autodefesa.

(K) A publicidade restrita é regra geral dos atos processuais no processo penal, ao passo que a publicidade ampla é exceção e ocorre nas situações expressamente previstas em lei, dependendo de decisão judicial no caso concreto.

(L) Durante a investigação criminal, a defesa técnica é imprescindível, em razão da observância dos princípios do contraditório e ampla defesa do acusado.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,



Alternativas.

- (A) V – F – F – V.
- (B) V – F – F – F.
- (C) F – V – V – F.
- (D) F – V – V – V.
- (E) F – F – V – V

15

Acerca dos crimes de abuso de autoridade, previstos na Lei nº 13.869/2019, é correto afirmar que:

Alternativas

- (A) os crimes de abuso de autoridade, além do dolo, exigem a presença de elemento subjetivo especial, isto é, a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, a atuação por mero capricho ou satisfação pessoal;
- (B) aquele que exerce função pública transitoriamente ou sem remuneração não é considerado autoridade pública, de modo que não pode figurar como sujeito ativo nos crimes de abuso de autoridade;
- (C) nos crimes de abuso de autoridade, a queixa subsidiária pode ser oferecida pelo ofendido, ainda que ausente qualquer inércia por parte do Ministério Público;
- (D) os crimes de abuso de autoridade são de ação penal pública condicionada à representação da vítima, ou, quando incapaz, de seu representante legal;
- (E) os particulares jamais poderão concorrer para os crimes de abuso de autoridade, pois estes são privativos de agentes públicos.

16

NÃO é considerado como crime hediondo o crime de:

Alternativas

- (A) Constituição de milícia privada;
- (B) Porte ilegal de arma de fogo de uso proibido
- (C) Furto qualificado pelo emprego de explosivo;
- (D) Roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo;
- (E) Extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima.

17

Acerca dos crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), é correto afirmar que:

- (A) o crime de omissão de cautela pode ser cometido com culpa ou dolo eventual;
- B) no crime de comércio ilegal de arma de fogo, ser a arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito não produz qualquer consequência na pena;
- (C) incide nas penas cominadas ao crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito aquele que suprime ou altera marca numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo, ainda que esta seja de uso permitido;
- (D) comete crime equiparado à posse irregular de arma de fogo de uso permitido o diretor responsável por empresa de segurança e transporte de valores que não comunica, no prazo de 24 horas, o extravio de arma de fogo, acessório ou munição pertencente à empresa;
- E) para o reconhecimento do crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido, a arma de fogo, acessório ou munição deverão necessariamente ser possuídos ou mantidos no interior da residência ou em dependência desta pelo agente, não abrangendo qualquer outro local.

18

Tendo por base a legislação e a jurisprudência atuais, aponte a alternativa correta nas questões 40 a 44:

I Para a prorrogação do prazo de permanência no sistema penitenciário federal é imprescindível à ocorrência de fato novo; não sendo suficiente à persistência dos motivos que ensejaram a transferência inicial do preso;

(II) A posse, pelo apenado, de aparelho celular essenciais constitui falta grave, entretanto a posse de seus componentes somente caracteriza falta leve ou média a depender da legislação local.

III) A falta grave prescinde da perícia do celular apreendido.

IV) O tempo em que o apenado esteve afastado das suas obrigações no regime aberto, sob atestado médico, pode ser computado como pena efetivamente cumprida.

V) A análise do bom comportamento carcerário, necessário para o livramento condicional (art. 83, III, a, do CP), deve levar em consideração apenas os últimos 12 meses.

Alternativas

(A) F – F – F – V – V.

(B) V – V – V – V – F

(C) V – V – V – F – F.

(D) V – F – V – F – F

(E) F – F – V – V – F

19

A Lei nº 13.874/2019 instituiu a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e estabeleceu garantias de livre mercado, influenciando o direito empresarial e os contratos empresariais. Nesse sentido, analise as afirmativas a seguir.

I. É direito de toda pessoa jurídica que contratar com uma sociedade de economia mista que os negócios jurídicos empresariais sejam paritários e livremente estipulados pelas partes, de forma a aplicar todas as

regras de direito empresarial apenas de maneira subsidiária ao avençado, exceto normas de ordem pública.

II. Os contratos empresariais presumem-se paritários e simétricos até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção, garantindo também que a alocação de riscos definida pelas partes seja respeitada e observada.

III. É direito de toda pessoa, natural ou jurídica, definir livremente, em mercados não regulados, o preço de produtos e de serviços como consequência de alterações da oferta e da demanda, com exclusão das situações em que o preço deles seja utilizado com a finalidade de reduzir o valor do tributo, de postergar a sua arrecadação ou de remeter lucros em forma de custos ao exterior.

Está correto o que se afirma em:

Alternativas

(A) I, apenas;

(B) II, apenas;

(C) I e III, apenas;

(D) II e III, apenas;

(E) I, II e III.

20

A sociedade empresária Alfa, que produz o aparelho eletrônico X no território brasileiro, elaborou um programa de sedimentação e expansão da marca baseado na associação do referido aparelho às classes sociais de maior poder aquisitivo. Para a realização desse objetivo, inseriu em seu contrato padrão, a ser celebrado com distribuidores e varejistas, a cláusula de que a concessão de descontos não poderia acarretar a prática de preço de revenda, ao consumidor, inferior ao preço pelo qual o produto foi adquirido.



À luz da sistemática vigente, é correto afirmar, consoante os balizamentos da Lei nº 12.529/2011, que o proceder de Alfa:

Alternativas

(A) evita práticas anticompetitivas por distribuidores e revendedores do aparelho eletrônico X;

(B) se ajusta aos princípios da livre iniciativa, incluindo a liberdade contratual que a caracteriza, por não se tratar de conduta unilateral de Alfa;

(C) configura ato ilícito, pois consubstancia imposição de condições contratuais nos ajustes a serem celebrados por distribuidores e varejistas com terceiros;

(D) se harmoniza com a regra da razão, considerando o seu planejamento econômico, vinculante para os sujeitos econômicos que decidam se relacionar com ela;

(E) é expressamente admitida pela ordem jurídica, agregando a sua liberdade contratual com o tratamento igualitário entre distribuidores e revendedores, o que preserva a competição.

GABARITO

- 1) D
- 2) B
- 3) E
- 4) C
- 5) C
- 6) B
- 7) C
- 8) B
- 9) C
- 10) B
- 11) E
- 12) C
- 13) C
- 14) B
- 15) A
- 16) A
- 17) C
- 18) E
- 19) D
- 20) C